

## UM ESTUDO DE CASO DE POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: CFC. A TENTATIVA DO RESGATE DO PORTAL DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DO RIO DO JANEIRO, EM 1976.

Monike Garcia Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo discorre sobre uma documentação oriunda do Arquivo CFC/Minc, cujo processo de recuperação está a cargo do setor de Política Cultural da Casa de Rui Barbosa-RJ. O corpus documental que é tema deste artigo mostra-se rico para iluminar questões relacionadas ao contexto cultural, político, institucional e patrimonial da época de produção da documentação e também dos períodos de posterior apropriação político-institucional do mesmo processo. O processo documental de 1976 trata de uma solicitação do Arquiteto Donato de Mello Jr. ao CFC para recompor o Portal da antiga Escola Nacional de Belas Artes - RJ, instalado no Jardim Botânico. A documentação nos remete a refleti-la à luz da Memória Social e dos estudos sobre política e patrimônio cultural, considerando que os dois campos estarão alicerçados pela História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural, Política Cultural, Memória Social, História Contemporânea no Brasil.

### INTRODUÇÃO:

Este texto discutirá algumas questões significativas relacionadas à área de memória social, política cultural e patrimônio, tomando-se como base uma documentação específica relacionada ao processo de recuperação do portal da demolida Escola de Belas Artes do Brasil – portal que hoje se localiza no jardim botânico. A análise empreendida no presente artigo será interessante para perceber como, nos estudos sobre memória social, políticas culturais e patrimônio, um mesmo objeto pode sofrer inúmeras apropriações culturais e políticas no decurso de uma determinada sucessão de distintos contextos políticos e institucionais. Este é o caso do bem cultural específico que

---

<sup>1</sup>- Doutoranda e bolsista (Capes) do Programa de Pós-graduação em História Comparada (UFRJ-IFCS), Mestre em Memória Social (UNI-RIO); Historiadora (UFRJ). Bacharel em Museologia (UNI-RIO). Pesquisa iniciada no ano de 2007, enquanto foi Bolsista Pesquisadora da Casa Rui Barbosa/Faperj do projeto *Ação Federal na cultura: História e Memória* (Setor: Política Cultural). E-mail: monnike.ribeiro@globocom

estaremos analisando neste artigo: o portal da demolida Escola Nacional de Belas Artes de autoria do Arquiteto francês GrandJean de Montigny.

Sujeito a diferentes ambientes políticos, que vão dos anos trinta até a ditadura militar, a trajetória patrimonial deste Portal oitocentista pode lançar luz sobre sutis mudanças na História da Política Cultural e política Brasileira. O nosso objetivo mais específico neste artigo será examinar uma documentação que ilumina esta questão, e que pode ser encontrada nos dias de hoje no Arquivo Conselho Federal de Cultura / Minc. Porém, antes de detalharmos os pontos mais específicos referentes à documentação em questão, convém esclarecer um pouco a História Patrimonial que envolve este bem cultural produzido pelo Neoclassicismo no Brasil.

O Arquiteto francês Grandjean de Montigny chegou ao Brasil em 1816, acompanhando um grupo de artistas franceses a convite de Dom João VI. O projeto civilizador joanino almejava introduzir o gosto das Belas Artes no Brasil, e neste sentido caberia aos mestres franceses construir uma Academia de Belas Artes, ao mesmo tempo em que, enquanto este prédio não estivesse pronto, ministrariam aulas. Foi nesta época que GrandJean começou a conceber a Academia, que seria inaugurada apenas dez anos depois, no Primeiro Reinado.

“É impossível refletir plenamente sobre as políticas culturais empreendidas pelo monarca D.João VI para o Brasil sem deixar de lembrar a contratação de um célebre grupo de artistas Franceses que estiveram na América Portuguesa neste mesmo período. Com o fito de ensinar o gosto pelas Belas-Artes no Rio de Janeiro, D.João foi responsável pela chegada de uma Missão Artística Francesa em 1816, que marcou o início formal das artes-plásticas no Brasil. Escolheu, para tal tarefa, um grupo de artistas franceses já renomados na França. A missão contaria com o arquiteto Grandjean de Montigny<sup>2</sup>.”

Aí está o início da introdução do neoclassicismo no Brasil, ao seu tempo uma novidade que posicionava o Brasil no cenário artístico internacional em vista da adoção do padrão cultural europeu. A Escola Nacional de Belas Artes, com o prédio que lhe serviu de base, chegaria a pleno funcionamento aos tempos da República, já no século

---

<sup>2</sup> -RIBEIRO, Monike Garcia. O pintor Nicolas Antoine Taunay e a representação da natureza fluminense no período Joanino. In: *R.I.H.G.B.*, Rio de Janeiro: a.169 (438):251-279, jan./mar.2008, p. 251.

XX, formando diversos pintores e arquitetos importantes que abraçaram a estética neoclássica. Os novos rumos da recepção da história do neoclassicismo começam a ser traçados no período nacionalista modernista de 1922, quando já se nota uma crítica contundente ao modelo neoclássico e, conseqüentemente, aos bens culturais produzidos de acordo com a técnica, parâmetros estéticos e procedimentos neoclássicos, questão à qual voltaremos oportunamente. Por ora, o que importa ressaltar é que o prédio da Escola Nacional de Belas Artes veio a ser demolido no final da década de 1930, restando, entre suas ruínas, o portal de GrandJean de Montigny. O portal, contudo, foi preservado ao ser levado para o Jardim Botânico na década de 1940. E é este gesto de recuperação da memória neoclássica que permitirá o surgimento de uma questão documental que analisaremos, já no contexto dos anos 1970.

Modernamente sabemos que, no âmbito da teoria patrimonial, houve um relevante alargamento da conceituação até então elitista de patrimônio. Através das recentes *cartas patrimoniais*, abandonou-se a concepção tradicional que praticamente só aceitava como sendo Patrimônio tudo o que se relacionava com o passado das classes dominantes. De acordo com a perspectiva mais recente, adota-se uma conceituação de Patrimônio mais complexa, diversificada e socialmente abrangente. Para que um determinado bem ou objeto de memória possa ser considerado como Patrimônio, já não se tem mais em vista, nos dias de hoje, apenas aquilo que seja sinônimo de erudição e refinamento do ponto de vista de determinada classe social. A nova maneira de pensar o Patrimônio Cultural procura estender o olhar também para o simples e o aparentemente corriqueiro, considerando como significativas e relevantes às memórias de expressões culturais do ser humano comum e os fatos relacionados à sua vida cotidiana<sup>3</sup>. É bem verdade que, sendo considerado um objeto de arte já consagrado tanto por sua filiação neoclássica como por sua autoria relacionada ao arquiteto GrandJean de Montigny, o Portal da Escola (após a Proclamação da República a Academia Imperial passa a chamar-se em Escola Nacional) enquadrar-se-ia perfeitamente no modelo mais tradicional de conceituação do que seria “Patrimônio”. Destarte, é importante notar que os modernos usos da conceituação de Memória e Patrimônio procuram estar atentos,

---

<sup>3</sup> - “(...) À ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural. A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, ... , acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis.” FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, C.A. Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006; p. 32.

inclusive nos casos em que estejamos diante de bens patrimoniais de tipo tradicional, para as diversificadas recepções do bem cultural em questão e para a abrangência social de sua percepção.

O Portal de GrandJean de Montigny, é o que tentaremos dar a perceber neste artigo, é um destes bens culturais que, em vista da sua extraordinária importância histórica, artística e como objeto de memória nacional, tem motivado múltiplas recepções e apropriações culturais e políticas. Dentro deste universo de percepções e apropriações possíveis relacionados ao Portal, estaremos trabalhando com um recorte documental e político mais específico, que ficará bastante claro no próximo item.

## **O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E O PORTAL DA ESCOLA DE BELAS ARTES:**

Neste momento, iremos nos remeter já mais diretamente à questão que interessa ao presente artigo. Entre os conjuntos de documentação guardados no Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc<sup>4</sup>, destaca-se precisamente por sua importância histórica um conjunto documental, relativo ao bem cultural anteriormente descrito. Trata-se de um processo iniciado em 29 setembro de 1976 e finalizado no mesmo ano de 1976 (27-Processo CFC:645/76-Câmara de Artes ), na qual apresenta-se como proponente Donato de Mello Junior (presentemente já falecido), que na época era professor de Arquitetura da UFRJ e membro do IHGB. Na atualidade, este *corpus* documental do Conselho Federal de Cultura nos direciona para os estudos no campo de Política Cultural e Patrimônio cultural, além, é claro de Memória social, História do Brasil Contemporânea e História da Arte. A abordagem deste estudo de caso em torno desta documentação do CFC realizar-se-á mediante “formulações teóricas e práticas a respeito do patrimônio cultural não podendo ser dissociadas do contexto histórico que as originou, porquanto todo conceito é dotado de historicidade”<sup>5</sup>.

Através desta documentação, ainda não pesquisada, oriunda do Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc, ficamos cientes de que o pesquisador da arte Donato

---

<sup>4</sup> -O projeto *Ação federal na cultura: História e Memória* permite a Fundação Casa de Rui Barbosa-RJ coordenar o processo de recuperação do arquivo CFC/Minc, sob a coordenação da Doutora em História Lia Calabre, chefe do setor de pesquisa em política-cultural (e-mail:liacalabre@rb.gov.br).

<sup>5</sup> -ZANIRATO, Sílvia Helena. “As múltiplas dimensões do patrimônio cultural”. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1,2005;p.59.

de Mello Junior dirigiu-se na década de setenta do século XX, em pleno governo militar do General-Presidente Ernesto Geisel, ao Conselho Federal de Cultura, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, com o fito de solicitar ajuda para realizar uma homenagem ao já referido arquiteto francês Grandjean de Montigny. Com o intuito de homenagear a memória do célebre arquiteto neoclássico que completaria no ano de 1976 o bicentenário de seu nascimento, o Pesquisador de Arte aproveitou o ensejo da ocasião e solicitou um pedido de ajuda ao CFC, dando origem à documentação em referência e a uma série de desdobramentos posteriores.

Dirigia-se o seu apelo de ajuda não somente ao CFC (Câmara de Artes), mas também a outros órgãos e instituições ligados à viabilização de seu pedido de homenagem, como o IPHAN, o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico e o Museu Histórico Nacional, que em conjunto deveriam exercer uma ação que visava recolocar o portão de ferro (que é também de risco de GradJean de Montigny) no portal da demolida Escola Nacional de Belas Artes instalado até hoje no Jardim Botânico. O Museu Histórico Nacional – local onde se encontrava o portão de ferro original da antiga Escola Nacional de Belas Artes (desenhado por GrandJean de Montigny) – foi somente inserido no processo de homenagem a Montigny em dezembro de 1976 pelo Presidente da Câmara de Artes, Clarival do Prado Valladares .

No mesmo processo já citado acima, aberto com a nomenclatura “Donato Mello Junior-Grandjean de Montigny-Bicentenário do nascimento do grande Arquiteto do R.J. Imperial”, destacamos a seguinte parte esclarecedora do andamento processual:

“Ocorre que na época da demolição a portada em cantaria e escultura foi preservada por determinação do Dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, comprando-a e fixando-a ao Jardim Botânico no epígono da aléia de palmeiras imperiais ‘Barbosa Rodrigues’. Quanto ao portão de ferro, integrante da mesma portada, foi naquela época adquirido pelo então Diretor do Museu Histórico Nacional que o fixou em uma das entradas laterais do complexo dos edifícios daquele Museu.”<sup>6</sup>

A historiadora Lia Calabre ressaltou, em relação ao papel desempenhado pelo Conselho Federal de Cultura, sobretudo entre 1960 até os findos anos de 1970, que esta

---

<sup>6</sup>- *Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc*. CFC/Câmara de Artes, Processo CFC-645/76, 10 de novembro de 1976. Clarivaldo do Prado Valladares, relator .p,10

época se expressou com uma atuação singular do governo federal no campo da cultura. Os avanços são significativos, apesar de tratar-se de uma época de repressão política e de controle autoritário do governo em todas as esferas da sociedade – o que ocorria inclusive na cultura, na qual os militares vigiavam, restringiam e até mesmo proibiam algumas manifestações culturais. Por outro lado, o CFC funcionou no período em questão como um braço do dirigismo do governo militar, através do qual instituições da educação e cultura de diversos cantos do país eram levadas a encontrar nele um canal de comunicação para aplacar os seus anseios.

“O novo conselho tinha tanto sua representação quanto suas atribuições ampliadas, estando integrado às metas governamentais de revigorar a ação do estado em diversas áreas, sobretudo na cultura. Entre as atribuições do conselho, previstas na legislação, estavam: formular a política cultural nacional; (...); reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções (...).”<sup>7</sup>

Foi justamente devido à característica de o CFC ter sido criado nos moldes do forte Conselho Federal de Educação, e de ter sido idealizado como órgão gestor, normativo e de assessoramento do Ministro do estado, o que motivou o proponente Donato de Mello procurá-lo. Tal desejo, pedido de ajuda para recomposição do Portal, é bem verdade, não era tão incomum entre as solicitações feitas ao CFC. O que vigorava era “o maior número de pedidos (...) de auxílio financeiro, que poderia ser para pesquisa, restauração do patrimônio, aquisição de equipamentos, conservação de acervos (...)”.<sup>8</sup> Tal como já foi explicitado acima, podemos classificar este tipo de pedido, a sua natureza e seus meandros, como sendo na esteira das preocupações teóricas do estudo do patrimônio cultural e política cultural, Uma vez que a solicitação aludida tratou de uma recuperação patrimonial, dirigida a um órgão gestor da cultura (CFC).

---

<sup>7</sup> -CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. Atas do Colóquio intelectuais, cultura e política no Mundo Ibero-Americano. Rio de Janeiro. 17-18 de maio de 2006. In: *Revista Intellectus*. Ano 05. Revista Eletrônica ISSN 1676-7640. Vol.II; p.2.

<sup>8</sup> - CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. Atas do Colóquio intelectuais, cultura e política no Mundo Ibero-Americano. Rio de Janeiro. 17-18 de maio de 2006. In: *Intellectus*. Ano 05 Vol.II; p.3.

Ao nos referirmos ao papel preponderante da atuação e criação do Conselho Federal de Cultura, no cenário nacional no âmbito de Política Cultural, recorreremos, a nível teórico, às idéias do pesquisador Alexandre Barbalho, quando ele recorda que: “Para atuar na área cultural, o regime militar cria em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC) que reúne intelectuais renomados e de perfil tradicional com função de elaborar a sua política cultural. (...). Em 1975, é lançada a política nacional de Cultura, primeiro plano de ação governamental no país que trata de princípios norteadores de uma política cultural”<sup>9</sup>. Desta forma, podemos afirmar que foi durante a gestão do ministro Ney Braga, designado pelo General-Presidente Ernesto Geisel (1974-1978) para o Ministério da Educação e Cultura, que ao nível de política Cultural foi atingido um patamar nunca antes testemunhado no âmbito nacional. Nesta época, coube ao Conselho Federal de Cultura a elaboração de uma política cultural para o Brasil, em 1975. Neste caso, estamos nos reportando à 1ª Política Nacional de Cultura, que incluía a cultura como preocupação governamental, sendo para aquela época uma proposta bastante vanguardista, pois teoricamente, já se apoiava em uma dimensão antropológica da cultura. Destacamos que, a Política Nacional de Cultura mostrou haver a necessidade da criação de novas instituições que melhor viabilizassem esta política cultural desejada para o país. “A partir de 1974, na gestão do presidente Ernesto Geisel e do ministro Ney Braga, a área da cultura passa por uma série de reformulações. Foram criados novos órgãos, entre eles o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (Funarte), e ocorreu a reformulação da Embrafilme.”<sup>10</sup>

Compreendemos Política Cultural, conforme atuais definições conceituais já bem delineadas e expressas, no mesmo sentido dos dizeres do antropólogo argentino Nestor García Canclini, ao considerar que : “os estudos recentes tendem a incluir sobre este conceito todo conjunto de intervenções realizadas pelo estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de (...) satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para (...) transformação social. Mas esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais necessita ser ampliada tendo em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade”<sup>11</sup>.

<sup>9</sup>- RUBIM, Antonio Albino Canelas & Alexandre Barbalho (ogs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDFBA, 2007; p.43/44.

<sup>10</sup>-CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2010; p.74

<sup>11</sup>-CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2005,p.78.

Através de um exame atento da documentação guardada no Arquivo CFC/Minc, chama atenção o fato de que o proponente, o Professor Donato Mello Júnior, tenha encaminhado a sua solicitação à Câmara de Artes do CFC, órgão cujo presidente, Clarival do Prado Valladares, havia aprovado o seu pedido de homenagem ao bicentenário do nascimento de Montigny, tratando-se esta homenagem de uma recolocação do portão de ferro ao portal do que restou da antiga Academia de Belas Artes. O parecer de aprovação, feito de próprio punho pelo Conselheiro Clarival (Proc.645/76, p.10), foi datado em dez de novembro de 1976. Sem que haja uma explicação no próprio documento processual, apesar da aprovação da Câmara de Artes, o processo foi encaminhado ou sofreu uma intervenção, onde o provável “interventor” foi o conselheiro Renato Soeiro da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesta intervenção, ele fez constar um parecer do IPHAN rejeitando o pedido, sob sua assinatura (Soeiro), em 7 de dezembro de 1976.

A alegação para não haver a recomposição arquitetônica (esta que somente em 2006 seria concretizada), consta também na publicação anual do boletim do CFC. A explicação que ali consta para a rejeição do pedido está expressa nos seguintes termos:

“Ponderando o órgão técnico competente do IPHAN o seguinte : que o referido pórtico apresenta-se hoje não mais como elemento de acesso a um prédio (...). Assim, o pórtico tem a feição de um arco comemorativo e não mais a de entrada de um edifício (...) que dê acesso, mas tão somente a jardins à sua volta. O portão estaria fechando apenas o arco central do pórtico, sem qualquer finalidade (...).<sup>12,</sup>”

Os meandros políticos que parecem perpassar este pedido e seus desdobramentos, insinuando a presença de sutis disputas políticas, ou talvez, uma disputa ao nível intelectual ou pessoal. Estas são hipóteses a serem aventadas para a não efetivação deste pedido. Como somente trinta anos depois o desejo do Arquiteto Donato concretizou-se, causa estranheza à rejeição da solicitação, em vista de que seria algo de pouca dificuldade; a efetivação da recomposição arquitetônica de todo o portal de Grandjean. É bem verdade que, em 1976, o portão de ferro desenhado por Montigny se localizava ainda no Museu Histórico Nacional. De todo modo, considerando que o portal pode ser

---

<sup>12</sup> -Boletim do Conselho Federal de Cultura.Mec-Outubro/Novembro/Dezembro-1976. Ano: 6- Número: 25.p.171.



examinando como símbolo de uma época, ou melhor, como ícone de um estilo de arte, um esforço institucional para a recuperação do mesmo seria mais do que oportuno. A este respeito, o solicitante Donato, dentro do processo de solicitação<sup>13</sup>, acrescentou um inédito trabalho intelectual sobre a importância da obra do Arquiteto GrandJean de Montigny (Título: Grandjean de Montigny – Bicentenário do nascimento do grande Arquiteto do Rio de Janeiro Imperial {1776-1976}). O texto, destacando a importância de GrandJean de Montigny, visava funcionar a seu modo como forma de convencimento, de tal forma a não deixar passar a oportunidade de fazer uma homenagem no ano do bicentenário do arquiteto francês. Esta homenagem seria feita, tal era a proposta apresentada, através da recomposição da única parte restante da primeira Academia de Belas Artes existente no Brasil.

Foi apenas 29 anos depois, já no ano de 2005, que a Arquiteta do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico, Mônica Rocio Neves (recém-concursada em 2002), encontrou o portão de ferro, lá abandonado, no galpão do parque do Jardim Botânico. Pelos encaixes da peça em ferro (portão) que cabiam perfeitamente na portada (entrada em arco) do portal da Academia de Belas Artes, e ainda através de informações oferecidas por pesquisa iconográfica, soube-se que era o portão original de risco de Grandjean de Montigny.

Em 2006, finalizou-se o minucioso processo de restauração do portão, que finalmente pôde voltar para o seu local de origem. Presentemente, quem desejar visitar o Jardim Botânico encontrará o portal do antigo edifício restante da Academia de Belas Artes (inaugurada em 5 de novembro de 1826 por D. Pedro I), desenhado pelo arquiteto GrandJean e recomposto 30 anos depois, conforme os planos originais contidos no pedido de ajuda feito ao CFC por Donato de Mello Júnior em 1976. Os acontecimentos que envolvem o processo de pedido de restauração do Portal de GrandJean de Montigny, bem como, a posterior concretização desta idéia anos depois, permitem tecer algumas considerações importantes sobre questões relacionadas à Memória Social e Patrimônio, bem como, a estreita ligação entre estas duas dimensões e as transformações históricas e desenvolvimentos do contexto social e político.

---

<sup>13</sup> - Na primeira página do Processo: CFC: 645/76 (Caixa 2, Arquivo CFC/Minc), há no penúltimo parágrafo da solicitação de ajuda de Donato, junto ao CFC, uma parte que não foi mais mencionada em nenhum momento deste processo de 14 páginas. Foi por esta razão que optamos por não analisá-la neste artigo, pois não a julgamos relevante, já que ao longo das páginas seguintes do processo, uma sugestão não foi se quer citada. Donato então diz: “Neste trabalho sugiro ainda que a prefeitura do Rio de Janeiro homenageie G. M. dando-lhe o nome de um condigno logradouro público e o de uma Escola”.

A definição de patrimônio e os atos de proteção<sup>14</sup> dos bens culturais são historicamente e socialmente construídos, como bem lembra o Historiador Pedro Paulo Funari. De fato, “as discussões sobre o patrimônio não podem ser dissociadas de sua historicidade, dos contextos históricos em que se tratou das questões teóricas como práticas referentes aos usos do passado, à sua construção social (Bond & Gilliam 1994). A própria noção de patrimônio é histórica.”<sup>15</sup> Desta consciência, buscamos nos municiar ao longo deste texto no qual buscamos prestar contas do registro desta documentação que abre ao analista possibilidades dotadas de nítido apelo patrimonial mas sem que seja possível esquecer as questões históricas que envolvem todo o processo.

O conjunto documental até aqui evocado apresenta ricas possibilidades de análise: histórica, patrimonial, política cultura e de memória social, esta documentação do Conselho Federal de Cultura, órgão que foi instalado em 1967, mas criado pelo decreto-lei número 74 em 21 de novembro de 1966, foi extinto em 1990, no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello. O CFC, contou no dia de sua instalação com a presença maciça dos militares no Palácio Gustavo Capanema -Rio de Janeiro (sede do CFC). Vale lembrar ainda que, na atualidade, no âmbito da História Contemporânea, a documentação sobre o regime militar mais preservada pelos órgãos governamentais é a que se reporta à repressão militar, desde aquela que compreende o AI-5 até o período de distensão militar.

Os membros do conselho Federal de Cultura, até antes do Governo José Sarney, eram, sobretudo, intelectuais de grande envergadura e renome nas diversas áreas culturais, mas acrescidos da característica de serem intelectuais que não se opuseram ao regime de ditadura militar, estabelecido após o golpe civil militar de março de 1964. Ao mesmo tempo, os solicitantes de projetos culturais eram habitualmente figuras eminentes como Donato de Mello Junior – figuras que, como os Conselheiros do CFC,

---

<sup>14</sup> “Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil (embora não exatamente com essa denominação), como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na constituição de 1934. Diz o art. 10 das disposições: Art. 10- Compete à União e aos Estados: III. Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte. (...) É, somente com o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que se regulamenta a proteção dos bens culturais no Brasil.” FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ:IPHAN:1997;p. 32.

<sup>15</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. “O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos palmares”. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1,2005; p.33, 34.

eram conservadores ou liberais. As vidas pessoais e profissionais dos conselheiros e dos solicitantes, podemos dizer que, não foram afetadas por nenhum dos atos Institucionais do regime militar.

A documentação do Conselho Federal de Cultura que compreende o período de sua existência de 1967 até 1990 contempla, neste sentido, uma parte da história do regime militar, na qual a cultura passava pelo controle de um governo que, se por um lado reprimia, pelo outro lado tinha um braço que fomentava, agindo federalmente no âmbito da cultura. Os seus atores e os meandros dos processos interessam particularmente a História política e a História da política-cultural no Brasil. “Segundo a percepção do CFC, a cultura era uma área estratégica para as políticas do governo, principalmente tendo em vista ser esta um dos elementos garantidores da segurança nacional. As propostas do órgão estão voltadas para uma definição de cultura nos padrões eruditos (...)”<sup>16</sup>

Retomando a questão central que interessa ao presente estudo, devemos nos reportar ao ano de 1938, quando o edifício Histórico da primeira Academia de Belas Artes construída no Brasil, durante o período Imperial, foi colocado abaixo, sem que houvesse uma justificativa plausível para tal gesto de esquecimento. Desta Academia projetada por GrandJean de Montigny foi tão somente conservada o pórtico em granito e o mármore onde se destacam os ornamentos em terracota de autoria de Zéphyrin Ferrez.. O Portal após a sua demolição foi montado e conduzido em 1940 para o Jardim Botânico, onde lá foi instalado como monumento, para lembrar que um dia existira uma Academia de Belas Artes. Em um curto espaço de tempo, aí encontramos em relação à História da Academia de Belas Artes no Brasil os gestos de esquecimento e lembrança.

É possível verificar, nestes dois atos despreziosamente inconscientes, as duas estratégias básicas da memória coletiva<sup>17</sup>, modernamente chamada de memória social, que são: a lembrança e o esquecimento. A memória, no sentido em que aqui a entendemos, mostra-se fruto de uma construção da sociedade, particularmente gerada pelo embate das classes dominantes, pois são sempre elas que possuem o poder de escolha, do que deve ou não ser guardado para a posteridade. Devemos ressaltar que, o período de destruição intencional da Academia aconteceu, não muito depois, da semana de artes de 1922 em São Paulo, e, depois ainda, das gerações modernistas. Os resíduos

---

<sup>16</sup>- CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. Atas do Colóquio intelectuais, cultura e política no Mundo Ibero-Americano. Rio de Janeiro. 17-18 de maio de 2006. In: *Intellèctus*. Ano 05 Vol.II; p.11.

<sup>17</sup>- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

desta luta subterrânea que afeta a dimensão da cultura e da memória social podem ser percebidos em questões como esta de que presentemente tratando, entremeando discursos e práticas em um complexo jogo de poderes e micropoderes. Deste modo, podemos retomar algumas considerações para buscar entender os gestos de lembrança e esquecimento acima descritos, para o caso dos destinos do portal de GrandJean de Montigny.

O que imperava como discurso após e durante a semana de 22 era que a Academia<sup>18</sup> fundada pelos integrantes da Missão Francesa teria cortado a nossa veia barroca, tão bem adaptada às questões locais, além de cortar a tradição colonial de raízes religiosas e barrocas no Brasil (não esqueçamos o papel relevante de Aleijadinho). Os defensores da Missão Francesa, à época de sua estadia no Brasil durante o período joanino, afirmavam que a arte (e a arquitetura) brasileira achava-se em um completo estado de marasmo e inércia, e portanto, a vinda da Missão nos teria colocado em pé de igualdade em relação à tendência Neoclássica, em voga na Europa. Neste contexto, em relação à Arquitetura, foi graças às atitudes de Montigny que o Neoclassicismo se impôs no Brasil. Já na época do Modernismo, passaria precisamente a imperar em certo setor da intelectualidade um discurso de ruptura que começa a colocar em cheque este passado neoclássico que até então era sacralizado do ponto de vista da academia e do Ensino oficial. A possibilidade de inaugurar um novo gesto em relação à Escola Nacional de Belas Artes de GrandJean de Montigny – o do esquecimento – só poderia vingar neste novo ambiente intelectual que traz novas cores culturais aos conturbados anos da década de 1930.

Décadas depois, já se apresenta um contexto bem diverso, capaz de favorecer novas condições de tratamento em relação a esta mesma questão. Tanto nos anos de 1976 como no ano de 2006, percebemos a preocupação da elite intelectual em conservar este marco da Arte Brasileira, que é um remanescente da Escola Nacional de Belas Artes. No ano de 1976 este gesto de memória materializou-se mesmo quando um Arquiteto tentou, mas não conseguiu recolocar o portão original no portal do que restou da Academia Imperial de Belas Artes. No ano de 2006, o ato de memória acontece (de fato) não só com esta recuperação do portal, como também através da restauração do portão de ferro de GrandJean. Como ainda para finalizar este gesto de memória,

---

<sup>18</sup> -“Nas gélidas aulas da Academia, gélidas de idéias naturalmente, o jeito local foi, por completo, posto de lado.” BARDI, Pietro M. *História da Arte brasileira. Pintura\*Escultura\*Arquitetura\*Outras Artes*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 4 edição, 1975. p.152.

idealizado pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, aconteceria no ano de 2007, nesta instituição de pesquisa, um evento divulgado na Internet: “Em comemoração ao resgate e a restauração do Portal da Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro realizará em 11 de junho, às 14h, a palestra ‘O Portal das Belas Artes’ seguida de uma visita ao portão.”<sup>19</sup> Neste mesmo dia 11 de junho, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realizou um série de eventos em torno do Portal, que só vem a mostrar a importância desta recuperação do Pórtico da demolida Escola Nacional de Belas artes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Como bem frisou Jacques Le Goff, a preocupação do homem ao longo dos tempos com a manutenção da sua memória coletiva acontece também sob a forma de uma manifestação peculiar da sociedade, que é a comemoração. Através da Comemoração a sociedade celebra com um monumento comemorativo, um acontecimento visto como memorável, e neste caso a memória assume a forma de inscrição. Foi o que o Jardim Botânico fez com a série de eventos em torno da recuperação do Portal da Escola de Belas Artes. A comemoração significaria a perpetuação da lembrança de algo considerável importante para um grupo. A memória coletiva é também objeto de estudo da História, de modo que esta se estimula e faz-se a partir do estudo dos lugares da memória coletiva: lugares monumentais, como as arquiteturas, ou lugares simbólicos, como as comemorações. A História utiliza-se destes materiais da memória que são os monumentos, que constituem a herança do passado e evocam o passado, além de perpetuarem a recordação. Todos estes memoriais têm a sua história.

Neste sentido, tal qual propôs Le Goff<sup>20</sup>, a memória coletiva sempre esteve no meio da luta das forças sociais pelo poder, a fim de controlá-la. O acontecido embate entre a Câmara de Artes e a Câmara de Patrimônio do CFC, em relação ao pedido de Donato, e depois a intervenção da Câmara de Patrimônio, negando o pedido de Donato, quando ele já havia sido aceito pela câmara de Artes, revelam para nós, a luta pelo poder de decidir o que será digno de comemoração ou não. Pois se tornar senhores da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos indivíduos que

---

<sup>19</sup> - Página número 1 na Internet. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. [www.jbrj.gov.br/materias](http://www.jbrj.gov.br/materias).

<sup>20</sup> - Livres reflexões baseadas em: LE GOFF, Jacques. “Memória” In: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva, e a história preocupa-se em resgatar os lugares da memória coletiva de forma crítica. Enfatizamos que os documentos, o que também inclui os “restos materiais” de uma Escola de Belas Artes (especificamente, o Portal da Academia), são frutos da escolha de grupos e forças sociais detentoras do poder. Todo o documento é o resultado de uma seleção, manipulação e construção orientada pela sociedade de origem. Transformar-se em “senhores da memória e do esquecimento” é uma das preocupações mais habituais das classes sociais dominantes, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

O objetivo do Acadêmico Mello Junior em 1976 de render uma homenagem ao arquiteto Grandjean nos possibilita pensar na importância deste resquício da História da Arte brasileira que foi o pórtico da Escola Nacional de Belas Artes. Os quadros sociais da memória, segundo a conceituação proposta por Maurice Halbwachs, são os mecanismos dos quais se utiliza à sociedade para evocar a lembrança no seio de uma comunidade. "Les cadres collectifs de la mémoire .... sont...les instruments dont la mémoire collective se sert pour recomposer une image du passé qui s'accorde à chaque époque avec les pensées dominantes de la société<sup>21</sup>." No Brasil logo após a demolição da Academia em 1938, decidiu-se montar o Pórtico da Academia e levá-lo para o Jardim Botânico em 1940, instaurando no seio da sociedade uma forma de fazer lembrar que houve no Rio de Janeiro uma Escola Nacional de Belas Artes. É assim que identificamos o gesto de lembrança de Donato, ao propor ao CFC uma homenagem ao Arquiteto Grandjean de Montigny, na ocasião do seu Bicentenário, através da recomposição do Portal da demolida Academia Imperial de Belas Artes.

#### **Fonte Documentais:**

ARQUIVO CFC/MINC. Gaveta do Conselho Federal de Cultura/Mec; 27/RJ.Processo: CFC:645/76; 07-10-1976; C. de Artes. Prof.Donato Mello Junior. “Grandjean de Montigny-Bicentenário do Nascimento do Grande Arquiteto do R.J. Imperial.”

BOLETIM. Conselho Federal de Cultura. MEC-Outubro/Dezembro; 1976, RJ:Ano:6-Nº25.

---

<sup>21</sup>-HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris.1925.Felix Alcan. p.34 “ Os quadros coletivos da memória são os instrumentos na qual a memória coletiva se apropria para recompor uma imagem do passado que se liga em cada época com os pensamentos preponderantes de uma sociedade.”

**Referências Bibliográficas :**

BARDI, Pietro M. *História da Arte brasileira. Pintura\*Escultura\*Arquitetura\*Outras Artes*. São Paulo:Editora Melhoramentos, 4 edição,1975.

CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. Atas do Colóquio intelectuais, cultura e política no Mundo Ibero-Americano. Rio de Janeiro. 17-18 de maio de 2006. In: *Revista Intellectus*. Ano 05. Revista Eletrônica ISSN 1676-7640. Vol.II.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. “O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos palmares”.In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1,2005.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, C.A. Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política feral de preservação no brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ:IPHAN:1997.

HALBWACHS, Maurice. *Les cádres sociaux de la mémoire*. Paris, Felix Alcan, 1925.

LE GOFF, Jacques. “Memória” In: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

RIBEIRO, Monike Garcia. “O pintor Nicolas Antoine Taunay e a representação da natureza fluminense no período Joanino”. In: *R.I.H.G.B.* Rio de Janeiro:a.169 (438):251-279, jan./mar.2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas & Alexandre Barbalho (ogs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDFBA, 2007.

ZANIRATO, Sílvia Helena. “As múltiplas dimensões do patrimônio cultural”. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.V.9,n.1,2005.

www.jbrj.gov.br/materias. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. “Palestra ‘O Portal das Belas Artes’ seguida de uma visita ao portão Jardim Botânico do Rio de Janeiro”.RJ: Junho.